

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: A VIVÊNCIA DE CURSISTAS DO GDE

RESUMO

Kaciane Daniella de Almeida
kaci_daniella@yahoo.com.br
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná (UTFPR), Curitiba,
Paraná, Brasil.

Lucas Bueno de Freitas
lfreitas91@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná (UTFPR), Curitiba,
Paraná, Brasil.

Nanci Stancki da Luz
nancist@terra.com.br
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná (UTFPR), Curitiba,
Paraná, Brasil.

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa feita junto a cursistas da edição 2013/2014 do curso de formação de professores/as “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE), ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) por meio do Núcleo de Gênero e Tecnologia (GeTec), do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE). Foi questionado às/aos cursistas se elas/es observavam, em suas respectivas escolas ou ambientes de trabalho, situação de desrespeito ou discriminação quanto ao gênero, raça/etnia ou sexualidade; as respostas desta questão são objetos de análise deste artigo. Como resultado, revela-se, a partir da vivência das/os cursistas, a importância do GDE como instrumento na formação para os/as docentes, que a cada dia mais reconhecem as diversas situações de preconceitos e discriminações em relação ao gênero, à sexualidade, à diversidade sexual e às relações étnico/raciais que perpassam o ambiente escolar e sentem a necessidade de enfrentamento dessas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e Diversidade na Escola. Formação de profissionais da educação. Curso de Extensão na UTFPR.

INTRODUÇÃO

“Você já vivenciou uma situação de desrespeito ou discriminação? ”. Essa pergunta, tão simples, pode ser uma mácula quando pensada no ambiente educacional, pois pode desvelar-se como um desconhecimento que finda-se na reprodução de preconceitos e estereótipos, ou como o desabafo de pessoas que, em suas mais diversas experiências negativas, são caladas e/ou estimuladas a mudança, a repensar seu dia-a-dia profissional.

A escola, um ambiente de pluralidade de vivências, de identidades, expressas ou não, é um ambiente ímpar para esta discussão. Reconhecer essas situações de violência/agressão, como o sexismo, a homofobia e o racismo, é condição sine-qua-non para a transformação de um espaço de silenciamentos e agressões em um espaço de acolhimento e livre expressão.

Este artigo se propõe a analisar a resposta de cursistas de uma edição do GDE ofertado pela UTFPR, sobre a percepção das/os mesmos sobre situações de desrespeito ou discriminação em suas escolas/ambientes de trabalho.

Dado o principal objetivo do GDE, que é a conscientização e sensibilização das/os profissionais de educação, conhecer a vivência e a percepção das/os cursistas é essencial para uma auto-avaliação das instituições que ofertam o curso. Nesta perspectiva realizamos, em um primeiro momento, um histórico do GDE como política pública nacional, em seguida discorreremos sobre as edições do curso ofertadas pela UTFPR e, posteriormente, apresentamos o resultado da pesquisa, fazendo, por fim, a inter-relação da proposta do GDE, com a vivência/necessidades das/os cursistas.

GDE UM INSTRUMENTO PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

Gênero, sexualidade e diversidade estão presentes no ambiente escolar, porém, historicamente, as discussões sobre tais temáticas se apresentam ausentes ou feitas de forma a reforçar estereótipos de gênero, relações de poder desiguais entre homens e mulheres e o modelo heteronormativo. Essa forma rasa de tratar essas questões, pautada por senso comuns ou moralismos religiosos, contribuem para naturalizar o lugar de cada sujeito: aos homens, os espaços públicos e de liderança, e, às mulheres, os espaços privados, estimuladas a potencializar supostos “dons naturais” de cuidado e paciência. A sexualidade, por sua vez, tem sido silenciada no ambiente escolar, tratada como assunto proibido ou, quando abordada, associada apenas a aspectos biológicos.

Nesta perspectiva, a escola torna-se um ambiente ímpar para a discussão e questionamento de estereótipos – de gênero e raça – historicamente naturalizados e socialmente determinados. Assim, concordamos com José Carlos Libâneo (2003, p. 26), quando afirma que a escola

precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita a atribuição de significados à informação.

Deve-se considerar que a inclusão das temáticas de gênero, sexualidade e diversidade no ambiente escolar é resultado de um processo de efetivação de direitos humanos e advém da luta de movimentos sociais, particularmente do feminista, negro e LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais). Esses coletivos historicamente buscaram a efetivação de direitos para todas e todos, a concretização da igualdade com respeito às diferenças, o reconhecimento das identidades e o questionamento da valorização de um modelo único de cultura e da percepção de que o homem branco, heterossexual, com maiores recursos financeiros e cristão fosse hierarquicamente “superior”, modelo para os/as demais e como único sujeito de direito.

Guacira Lopes Louro (2014) aponta que, a partir da década de 1960, a luta de grupos sociais, tradicionalmente submetidos e silenciados, propiciou um ambiente de transformações no qual a posição de centro materializado pelo sujeito homem, branco, ocidental, heterossexual e de classe média passa a ser desafiado e questionado.

Para a autora não é apenas o sujeito que é questionado, mas sim

toda uma noção de cultura, ciência, arte, ética, estética, educação que associada a esta identidade, vem usufruindo ao longo do tempo, de um modo praticamente inabalável, a posição privilegiada em torno do qual tudo mais gravita (LOURO, 2013, p.44).

Na educação, presenciamos resistências e limites para a inserção de certos conhecimentos, pois o ensino está pautado por currículos rígidos, nos quais gênero, sexualidade e diversidades são temas pouco discutidos ou não valorizados dentro da escola. As/os professoras/es que deveriam ser protagonistas dessas discussões, nem sempre se sentem capacitadas/os ou seguras/os para abordar tais questões, adotando a postura de não tratar de temas que não estejam contemplados na matriz curricular e/ou na ementa de suas disciplinas.

É comum entre as/os profissionais da educação um posicionamento, se não oposto, pelo menos neutro a respeito da abordagem de tais assuntos. E isso se justifica pela falta de conhecimento, pelos valores arraigados e/ou pelo receio de que o resultado do trabalho seja interpretado negativamente (SANTOS e ARAÚJO. 2009, p.15).

Entretanto, reforçamos que as/os professoras/es devem ser protagonistas na escola, e assim elas/eles devem enfrentar e assumir as reflexões de temas que dizem respeito à formação humana, incluindo as discussões de gênero, sexualidades e diversidades, contribuindo assim, para a importante construção da cidadania das/os alunas/os.

Jimena Fulani (2009, p.38) aponta duas maneiras distintas que professoras/es podem adotar diante de eventos que envolvam gênero, sexualidade e diversidade: o primeiro é “colocar-se”, ou seja, promover a discussão e reflexão; o segundo é “omitir-se da temática”, não intervindo e desviando do assunto com subterfúgios, tais como: “não era um ponto previsto para a aula de hoje” ou que “não era tema para ser discutido ali”;

Os currículos escolares e a ausência de lei específica sobre essa questão são utilizados como limitadores para a inclusão dessa temática na escola e na formação inicial e continuada de docentes. A ausência de lei específica que normatize essa discussão é percebida como obstáculo, essa problemática foi relatada em entrevista, no ano de 2011, com representante da Secretaria de Estado de Educação do Estado do PR (SEED).

Sofremos descaso por não termos uma lei como a Lei 10.639, a lei 11. 645¹, como a lei para a educação ambiental, para a educação no campo, para a educação indígena e das relações étnico raciais. Não temos uma lei específica, mas temos um arcabouço legal internacional, nacional e estadual, mas os gestores e gestoras não se sentem convencidos. Parece que tem que ter uma lei específica (ALMEIDA, 2014, p.61).

Diante desse contexto, o GDE configura-se como um importante projeto, que apresenta respostas a muitas indagações, dúvidas e inseguranças presentes no ambiente escolar.

Nascido em 2007, o GDE é um projeto concebido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e pela *British Council*², em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI-MEC), Secretaria de Ensino a Distância (SEED-MEC), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR) e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), com o objetivo de oferecer “formação de profissionais da área de educação abordando as temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais, de maneira global e transversal” (BRASIL, 2007, p. 11).

No intuito de promover a formação das/os professoras/es e da comunidade escolar, o GDE surge como um instrumento para a redução das desigualdades educacionais baseada em raça, sexo, gênero, sexualidade e orientação sexual. Nesta perspectiva, o projeto vem suprimindo a falta de formação inicial e continuada de docentes nessas temáticas e um importante instrumento para a consolidação de políticas públicas educacionais que visem à efetivação dos direitos humanos. A necessidade e urgência de tais políticas são percebidas e diagnosticadas tanto no Brasil quanto em outros países em âmbito internacional.

Deve-se salientar que o Brasil é signatário de tratados internacionais, dentre os quais o Tratado Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, e dessa forma assumiu compromisso de adotar medidas para a efetivação da igualdade, a concretização de direitos e o fim da discriminação, o que inclui políticas educacionais e a reflexão acerca de estereótipos e do processo de exclusão social.

Considerando que a responsabilidade das ações do GDE é das Instituições de Ensino Superior (IES) contempladas por aprovação de projeto, via edital, destaca-se que o GDE é em um importante instrumento para a integração do conhecimento produzido nas IES e sua disseminação junto à comunidade, representada, nesse caso, por membros da comunidade escolar da rede pública de ensino.

Nesta perspectiva, os cursos de extensão ofertados aos/às docentes no âmbito da UTFPR, possibilitaram a troca de saberes e experiências de educadores da rede federal, estadual (Paraná) e municipal (particularmente de Curitiba e Região Metropolitana), discussão apresentada na sequência.

O GDE NA UTFPR: UM HISTÓRICO DE AÇÕES NO COMBATE AO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO

Na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, o Núcleo de Estudos em Relações de Gênero e Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia vem, desde o ano 2000, realizando pesquisas na área de gênero e tecnologia e, entendendo que a escola é ambiente propício para a disseminação do conhecimento, passou a desenvolver ações que buscavam a sensibilização de professores/as para as temáticas de gênero, diversidade sexual e raça/etnia. A assunção do curso GDE é uma dessas ações.

Com o apoio do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a UTFPR, ofertou quatro edições do curso Gênero e Diversidade na Escola (a primeira em 2007 e a última em 2014), todas de forma presencial – um diferencial, tendo em vista que o GDE contempla cursos na modalidade a distância através do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em 2006, a UTFPR aprovou junto a SECAD/MEC o projeto de formação de professores “Refletindo gênero na escola: a importância de repensar conceitos e preconceitos” que sensibilizou cerca de 120 profissionais da educação do município de Matinhos no litoral paranaense. Em 2007, a partir do projeto “Construindo a igualdade na escola: repensando conceitos e preconceitos de gênero” atendeu cerca de 380 professores de Curitiba e região metropolitana. Vale destacar que nessa segunda edição do curso, foram ofertadas 160 vagas, mas devido a uma grande demanda por matrícula no curso, a oferta do curso foi ampliado para aproximadamente 300 vagas. E, em 2010, em uma terceira edição, o projeto “Construindo a igualdade na escola: reconhecendo a diversidade sexual e enfrentando o sexismo e a homofobia” teve mais de quinhentas matrículas.

A alta procura pelos cursos ofertados na UTFPR indicava a necessidade de continuidade de oferta dos cursos. E, em 2013/2014, na quarta edição do curso, por meio de do projeto “Gênero e Diversidade na Escola” foram matriculados 405 cursistas.

Na primeira edição o GDE foi ofertado em parceria do GeTec/PPGTE/UTFPR com o Grupo Interdisciplinar de Estudo, Ensino, Pesquisa e Extensão em Representações de Gênero e Diversidade (REGEDI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Campus Litoral, e a Secretaria de Educação de Matinhos, município do litoral paranaense. O curso “Refletindo Gênero na escola: a importância de pensar e repensar conceitos e preconceitos” foi ofertado para profissionais da educação da rede municipal de Matinhos (120 matrículas), contou com carga horária total de 40 horas/aula, distribuídas em quatro módulos:

O primeiro módulo com 8 horas/aula abordou conceitos de gênero e diversidade sexual, o segundo, com 16 horas/aula, tratou das questões de gênero e diversidade sexual no ambiente escolar, no terceiro com 8

horas/aula refletiu-se sobre gênero, ciência e tecnologia e no quarto módulo com 8 horas/aula as reflexões foram sobre gênero e diversidade sexual nas mídias (TORTATO, 2014. p. 103).

A partir de 2008, o GDE passou a contar com um edital da SECADI/MEC para todas as IES do país interessadas em ofertar o curso visando a “implementação de um programa de oferta de cursos de formação para professores/as e profissionais da educação para a diversidade” (BRASIL, 2009, p. 11). A partir dessa possibilidade a UTFPR passou a continuar a contar com o apoio da SECADI/MEC, o que permitiu não só a oferta de curso, mas também a produção de material para as aulas e a publicação de um livro com parte das discussões feitas durante o curso.

Nessa segunda edição, no ano de 2008, o Projeto “Construindo a igualdade na escola: repensando conceitos e preconceitos de gênero” o curso de extensão foi ministrado nas dependências da UTFPR - Campus Curitiba.

Inicialmente planejado para ser ofertado a 160 profissionais da educação de Curitiba e Região Metropolitana, devido a grande procura, o curso foi estendido e atingiu 381 professoras e professores, sendo 313 mulheres e 68 homens. (...) A maioria das(dos) participantes faz parte do quadro de professores da Secretaria Estadual de Educação (SEED) do Estado do Paraná, porém, profissionais da rede municipal de ensino de Curitiba e Região Metropolitana, bem como estudantes de cursos de licenciatura também marcaram significativa presença (CASAGRANDE et al. 2009. p. 261).

Esta edição contou com quatro módulos: (a) Gênero, (b) Gênero e Diversidade Sexual no Ambiente Escolar, (c) Gênero, ciência e tecnologia e (d) equidade de gênero e enfrentamento ao sexismo e homofobia. Além desses quatro módulos, as/os cursistas produziram um trabalho final objetivando a apresentação de “ações no sentido de contribuir para a promoção da equidade de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes” (CASAGRANDE et al. 2009. p. 13).

A terceira edição ocorreu no primeiro semestre de 2011. Intitulada “Igualdade de Gênero na Escola: enfrentando o sexismo e a homofobia”, esta edição do curso contou com carga horária total de 80 horas, também ofertada no Campus Curitiba da UTFPR. O diferencial desta edição, em relação às anteriores, foi uma atenção maior a temática de diversidades. Em relação à edição anterior tivemos um número maior de inscritos. Dentre eles, houve uma participação significativa de professoras/es da rede estadual (271 inscritas/os) e residentes em Curitiba (166). Além da capital paranaense, tivemos cursistas residentes em municípios da região metropolitana de Curitiba, principalmente Colombo (46), São José dos Pinhais (46), Araucária (24), Piraquara (20), Campo Largo (18), Fazenda Rio Grande (13) e Pinhais (10), além de municípios do litoral paranaense, como Matinhos (13).

Nesta edição, a partir da ampliação do número de horas, foram ofertados módulos diferentes em relação a edição anterior. Foram seis módulos: (a) Gênero, sexualidade e diversidade sexual (10 horas); (b) Gênero, educação e diversidade sexual (15 horas); (c) Gênero, diversidade sexual, ciência e tecnologia (10 horas); (d) Gênero, diversidade sexual e mídia (10 horas); (e) Enfrentamento às violências de gênero (15 horas) e (f) Projeto de intervenção educacional (20 horas).

Destaca-se que, já na edição anterior, almejava-se a intervenção dos/as profissionais da educação na realidade da escola. No entanto, a obrigatoriedade para a conclusão do curso de apresentar um projeto de intervenção³, que contemplasse as temáticas estudadas no curso em prol da equidade de gênero no ambiente escolar ocorreu a partir dessa terceira edição.

A quarta edição ocorreu entre os anos de 2013/2014, intitulada “Gênero e Diversidade na Escola”, com uma carga horária total de 90 horas e com 405 matriculados. Vale destacar que a procura pelo curso não se restringia apenas aos profissionais da educação, assim 25% das vagas foram destinadas para demanda social, incluindo profissionais de conselhos, educadores sociais, estudantes de licenciatura, etc.

Os módulos ofertados nesta edição foram: (a) Gênero, sexualidade e diversidade sexual (15 horas); (b) Raça, racismo e etnicidade (10 horas); (c) Enfrentamento a violência de gênero, racial e homofobia (15 horas); (d) Gênero, educação e diversidade sexual; (e) Gênero, diversidade sexual e divisão sexual do trabalho; (f) Projeto de intervenção educacional e atividades de encerramento, contando com a presença de representantes da Secretaria Municipal da Saúde e da Secretaria Municipal da Mulher, ambas de Curitiba, para discutir violência contra a mulher, criança e adolescentes. Destaca-se que essa última edição trouxe um diferencial em relação às edições anteriores o módulo específico sobre raça e etnia.

Devido a interesse e contato da Secretaria de Educação de Piraquara, município da Região Metropolitana de Curitiba, a edição iniciada em 2013, foi ampliada e estendida ao longo do segundo semestre de 2014, com a oferta de um curso específico para professoras/es e funcionários da educação do referido município – oferta não prevista no projeto inicial.

Nessa parceria feita entre a UTFPR e essa Secretaria de Educação, foram abertas duas turmas – 60 matrículas – e o curso foi realizado no município de Piraquara, em aulas que ocorreram uma vez por mês, momento em que as/os professoras/es eram liberados de suas atividades para participar do curso que era ministrado em salas disponibilizadas pela Secretaria de Educação do Município.

Contemplados pelo edital, e a partir das temáticas discutidas nos cursos, foram produzidos três livros. O livro “Construindo a Igualdade na Diversidade” (LUZ, et al. 2009) foi oriundo das reflexões da edição de 2008, o “Igualdade na Diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia” (CASAGRANDE et al. 2011), referente ao curso de 2011. A edição 2013/2014 possibilitou a elaboração da coleção “Entrelaçando Gênero e Diversidade” composta pelos livros “Entrelaçando Gênero e Diversidade: enfoques para a educação” (primeiro volume), “Entrelaçando Gênero e Diversidade: múltiplos olhares” (volume 2) e “Entrelaçando Gênero e Diversidade: violências em debate” (volume 3). A publicação dessa coletânea foi prevista para 2015. Vale destacar que essas publicações serão distribuídas gratuitamente entre às/aos cursistas, às escolas da rede pública de ensino em outras atividades de formação sobre o tema.

Vale ressaltar que a abordagem dos cursos priorizava discussões baseadas na abordagem dos direitos humanos e apoiadas em documentos internacionais e nacionais. Dentre eles, destaca-se:

a)em âmbito internacional: Tratado Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, as Metas do Milênio da ONU (2007) e os “Princípios de Yogyakarta;

b)no plano nacional: a Constituição Federal (1988), A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s/1996), o Programa Nacional de Direitos Humanos II (2002), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007), o Programa “Brasil Sem homofobia” (2004), Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Lei Maria da Penha; Lei nº 10.639/2003 e Lei 11.645/2008; Política de cotas no Brasil, Estatuto da Igualdade Racial, dentre outras.

GDE 2014: DESRESPEITO/DISCRIMINAÇÃO PRESENTES NA ESCOLA

Na última edição do curso, foi realizada uma pesquisa com os/as cursistas, a partir da aplicação de um questionário com perguntas abertas. No primeiro dia do curso, os/as cursistas responderam nove questões que objetivavam diagnosticar o conhecimento prévio dos/as cursistas sobre as temáticas abordadas no curso e suas experiências pessoais na discussão e ações sobre discriminação. O questionário foi aplicado nas 10 turmas ofertadas na quarta edição, contudo, neste artigo, será analisado apenas as repostas de 06 dessas turmas⁴. Responder o questionário era opcional e, para aqueles/as que aceitaram responder e desejassem assegurar o seu anonimato, havia a possibilidade de não identificação do questionário.

Foram obtidos 104 questionários respondidos e, a partir do objetivo deste artigo, discutiremos apenas a resposta de uma das perguntas contidas no questionário: “Em sua escola/ambiente de trabalho, você observa situação de desrespeito ou discriminação quanto ao gênero, raça/etnia ou sexualidade?”. Inicialmente era possível que a/o respondente escolhesse entre “sim” ou “não”. Na sequência, havia quatro questionamentos: (a) “Quais?”, (b) “entre alunos/as?”, (c) “entre professor/a aluno/a?” e (d) “entre professores/as?”, deixando linhas livres à/ao respondente para discorrer sobre cada caso.

Das/os 104 respondentes, 80 afirmaram observar situações de desrespeito e/ou discriminação em seus respectivos ambientes de trabalho, 12 afirmaram não terem observado tais situações enquanto 12 não responderam a pergunta.

Dos que responderam “não”, foram três homens e nove mulheres, tirando uma respondente – que não informou a profissão – todas/os trabalham diretamente com educação (cinco professoras/es, quatro pedagogas/os, uma diretora e uma estudante), dentre as/os professoras/es, havia um professor de LIBRAS. Destes, nove se identificaram como heterossexuais, um como homossexual e uma como bissexual.

Chamou a atenção a resposta de uma funcionária da Secretaria de Educação de um Município da Região Metropolitana de Curitiba, pois respondeu “não”, porém abriu uma observação afirmando que no ambiente da Secretaria não havia observado situações de desrespeito e/ou discriminação, porém observava nas escolas.

O fato que uma profissional de uma Secretaria de Educação buscar formação em um curso de extensão, bem como perceber e assumir que existem discriminações no âmbito das escolas, (antes de iniciar o curso) pode ser um indicativo de que esses profissionais estejam buscando formas de tratar tais questões, revelando possibilidades de intervenção nas escolas daquele município a partir de cursos de formação na área.

No que se refere aos tipos de desrespeito e/ou discriminação no ambiente de trabalho foram obtidas diferentes respostas, destacando-se situações específicas e tipos distintos de desrespeito/discriminação. As respostas podem ser ilustradas pela declaração de um dos respondentes:

Normalmente são brincadeiras e piadas feitas por professores e alunos com relações a alguma característica física ou maneira de se expressar. (Professor)

Evidencia que as respostas apresentaram mais casos de desrespeito/discriminação entre alunas/os e menos entre professoras/es. Entre as/os respondentes, 67 afirmaram ter observado desrespeito/discriminação entre alunas/os; 54 observaram entre professor/a/aluna/o e 45 entre professoras/es. Em oito questionários, nenhum desses tópicos foi respondido, pelo fato da/o respondente não ser profissional diretamente ligado à educação.

O fato das/dos professores observarem mais casos de preconceito entre as/os alunas/os do que entre professoras/es talvez se justifique na resposta das/os respondentes que observaram que o preconceito entre o corpo docente é menos explícito. Para essas/es, o desrespeito/discriminação entre as/os discentes é mais visível. Os/as docentes parecem se sentir menos à vontade para tornar explícito esse preconceito entre seus colegas de trabalho. Eles tomam mais cuidado em relação aos seus pares, já que entre docentes é mais implícito, como afirma um respondente:

Há comentários [entre docentes] que existe, mas que é velado, escondido por medo de represálias, reprovação (Técnico Administrativo).

Não abertamente para os alunos [expressão de preconceito], mas na sala dos professores [há] o julgamento e discriminação pela situação socioeconômica e construção familiar (Professora).

Porém três respondentes utilizaram este espaço para “desabafar” em relação ao não preparo, por parte docente, para se lidar com casos de preconceito

Por não conhecerem forma de tratamento com a situação e principalmente esforçando-se para manterem-se ignorantes. (Professor)

Nas respostas, ainda se destacam outros tipos de discriminação: discriminação de classe foi observada em sete questionários; dois trouxeram a religiosidade como alvo de discriminação; dois citaram casos de xenofobia

(sotaque diferente); um apontou gordofobia (discriminação de pessoa considerada acima do peso) e um citou discriminação etária.

Entre os alunas/os, os casos mais percebidos são piadas, apelidos e agressões físicas, fatos que podem ser configurados e enquadrados como bullying, termo amplamente utilizado pelas/os respondentes.

No que tange às respostas acerca da relação docente/discente, uma respondente afirmou ter observado preconceito por parte das/os alunas/os em relação aos/as professores/as. A avaliação de outra respondente (professora), revela também esse tipo de discriminação e a avaliação do/a discente como forma de punição:

O uso da sala de aula como espaço em que algumas vezes há desrespeito de ambos (professor/aluno e aluno/professor) O uso da nota como meio de punição por parte do professor. (Professora)

Uma professora afirmou ainda que as/os discentes lidam melhor com as diferenças do que os/as professores/as:

Percebo que os alunos são mais respeitadores das diferenças. (professora)

Dentre as respostas ainda houve destaque para a homofobia, o racismo e o sexismo, tratadas no próximo tópico.

GDE 2014: DIVERSIDADE SEXUAL, RELAÇÕES ÉTNICO/RACIAIS E GÊNERO

Entre os respondentes, percebemos que a discussão da orientação sexual esteve presente em 45 respostas, apontando casos de discriminação e homofobia. O termo “homofobia” foi o mais utilizado nas respostas, sendo que apenas uma resposta citou “transfobia” e “lesbofobia”. Dentre os que relataram casos de preconceito quanto a orientação sexual da vítima, os termos mais utilizados foram “gays”, “alunos afetados”, “sexualidade aflorada” e “trejeitos”.

De todas as formas. Se tem um sotaque diferente, por cor, por ser menino ou menina e muito mais por orientação sexual. (Pedagoga)

Em relação à sexualidade ainda percebo piadas e apelidos pejorativos em relação à homossexualidade. (Professora)

Em relação às escolhas, orientação e relações sexuais homoafetivas. (Professora)

Preconceito por parte dos demais alunos com relação aos alunos gays. (Professora)

Destaca-se que a orientação sexual talvez seja uma das maiores barreiras a ser rompida dentro do ambiente escolar, pois o preconceito e discriminação presentes em quase todos os ambientes sociais também se apresentam e muitas vezes se fortalece no ambiente escolar:

Creio que um professor já foi dispensado pelo fato de ser homossexual. Mas pode ser apenas uma impressão minha, nunca presenciei nada (Professora).

Por mais que a fala não nos esclareça se a orientação sexual do professor resultou em seu afastamento, não podemos negar que a exclusão e a homofobia ainda está presente na escola, destacando-se que a exclusão pode ocorrer de

forma silenciosa e de maneira que a comunidade escolar não tome conhecimento do fato.

Ao ampliar as discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, abre-se espaço para contestar certas identidades vistas como centrais e inserir novas percepções. Beatriz Tomaz Ruela (et al. 2012) ao falar do curso de formação de professor/es em Campinas, relata que ao voltar o olhar para a homossexualidade, muitas dúvidas e curiosidades surgiram entre as/os docentes, inclusive medos a respeito da orientação sexual e os desejos dos/as adultos/as e das crianças.

Como exemplo as/os autoras/es citam: a proibição da exploração de brinquedos instituídos como parte do universo feminino em que eram negado aos meninos por muitas/os profissionais por receio de estarem estimulando-os a homossexualidade e ter um sentimento de responsabilidade em relação a isso. Em outros casos, o direito de brincar era negado por parte das professoras com a justificativa de deixar o menino afeminado, e quando a resposta era de não se importar com utilização dos brinquedos a justificativa de mesmo assim impedir a brincadeira vinha da não autorização da escola ou da família. “Há um jogo no qual a professora faz parte de vigiar e impedir tais atitudes, em nome da normalidade” (RUELA et al., 2012, p. 54).

Desta forma, analisa-se que existe certo receio em falar sobre orientação sexual, particularmente em uma sociedade pautada por valores baseado em um modo único de orientação sexual (heterossexual) e que julga qualquer outra forma de vivência da sexualidade como forma desviante e passiva de preconceito, revelando medo de romper barreiras de uma suposta normalidade. Destaca-se que As/os professores ao afirmarem que existe preconceito no ambiente escolar, também rompem com a barreira do silêncio e demonstram a existência de demanda na formação para a diversidade sexual.

Sei que há professoras com preconceito em relação a homossexualidade e a alunos de inclusão. (Professora)

Professor se referindo a determinado aluno como “aquele viadinho” (Não se identificou)

Essas declarações revelam preconceito, mas também formas como a instituição escolar busca educar e modelar os seres humanos a partir de um modelo heteronormativo. Nesta perspectiva, evidenciamos a análise sobre os processos de exclusão da população LGBT:

Essas pessoas veem-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeira, jogos, apelidos, insinuações e expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica. A escola configura-se, assim, como um espaço institucional de opressão, o que se deve, ainda, a participação ou a omissão dos sistemas de ensino, da comunidade, das famílias, da sociedade, das instituições e do Estado. Trata-se, enfim, de ambiente privilegiado para a produção e a reiteração da matriz heterossexual, bem como para o alinhamento normalizante que dá coerência a sequência sexo-gênero-sexualidade (JUNQUEIRA, 2009, p.166).

A “pedagogia do insulto” é algo observado pelos nossos respondentes identificando tanto a discriminação presente para a população LGBTI (com ênfase na homofobia), contudo é algo que identificamos também na forma deles se

referirem usando termos como “trejeitos” quando se referem aos homossexuais. Portanto essas barreiras constantemente devem ser trabalhadas para que posicionamentos preconceituosos deixem de existir no ambiente escolar.

Questões étnico/raciais foram a segunda questão mais abordada pelas/os respondentes, pois 41 questionários trouxeram essa questão à tona. Verificamos que as/os respondentes estavam mais familiarizados com essas questões, pois o termo “raça/etnia” foi utilizado pela grande maioria dos respondentes, diferente do que ocorreu com o termo “homofobia”, que foi menos utilizado pelos/as respondentes, não obstante terem relatado casos de discriminação e desrespeito com os homossexuais.

Professores e pedagogos que não aceitam os estudos e a inserção da questão de educação das relações étnico-raciais na escola. (Professora)

O racismo relacionado aos negros, índios e pobres. (Professora)

O relato da/o professor/a indica a não aceitação por parte de alguns colegas da inserção da temática racial na escola. Destacamos o preconceito racial e a resistência em se discutir tal questão no âmbito escolar, mesmo que no contexto atual as discussões sobre as relações étnicos/raciais apresentem destaque e respaldo no cenário educacional.

Vale ainda destacar que, a partir de 2003, existe obrigatoriedade de se trabalhar a “História e Cultura Afro-Brasileira” (Lei No10. 639 de janeiro de 2003 Lei No 11.645 de março de 2008), As discussões em relação a uma educação para a igualdade étnico/racial adentram aos currículos oficiais das escolas, seja por força de lei ou atendendo às demandas do movimento negro. A atuação do Movimento Negro no que tange à implementação dessa discussão na merece sempre destaque, pois o seu caráter obrigatório muito se deve às suas lutas empreendidas.

A Lei No 11.645 representa um grande passo para que se possamos conhecer a nossa história e vencer o preconceito a partir desse conhecimento:

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Essa obrigatoriedade de inclusão da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos oficiais suscitou uma série de debates em torno dessa questão, ampliando a necessidade de formação sistemática nessa área e como efetivar a lei. Nesta perspectiva, no Paraná a SEED⁵ em conjunto com movimentos sociais negros iniciaram uma jornada para a formação dos professores nessa área a partir do ano de 2004. Nesse Estado existem equipes multidisciplinares com um trabalho sistemático no intuito de fazer cumprir a lei e ampliar consideradamente o conhecimento em relação a discussão de raça/etnia.

No contexto dos debates contemporâneos, acerca de políticas públicas de ações afirmativas, a partir das demandas e de diálogos com o movimento social negro e movimento sindical, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, desde 2004, com a sanção da Lei 10.639/03, assume como pauta da política educacional do estado às orientações acerca da educação das relações étnico-raciais (COQUEIRO, et al.2013).

O compromisso assumido pela SEED trazendo a discussão étnico racial para a pauta das políticas educacionais, se não garantiu a formação integral das/os professoras/es da rede estadual de ensino; no mínimo garantiu que a discussão fosse feita de modo amplo a atingir grande parte do corpo docente prevendo mecanismos de monitoramento para que a discussão não se encerre.

Entendemos que é importante avançar na implementação para atingir os 100% das escolas da rede estadual de educação. Para tanto, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná está implementando um/o sistema de monitoramento e registros das ações que assegurem a elaboração de um plano estratégico para a construção de políticas públicas educacionais que garantam uma educação democrática (COQUEIRO, et al.2013, p.17897).

Vale destacar que os relatos sobre racismo e dificuldades de discutir questões étnico/raciais estão inseridas nesse contexto – lei que torna obrigatória a inclusão do tema no currículo e ações para que isto se viabilize nas escolas, o que não impede resistência, dificuldades para implementar a discussão e continuidade de preconceitos sobre essa questão.

Por outro lado, a discussão de gênero, sexualidade e diversidade sexual não possui o mesmo aparato legal que respalde a obrigatoriedade de inserção dessa discussão na escola. No entanto, os movimentos sociais, com destaque para os feministas e LGBT deram ênfase no debate e vários documentos dão respaldo e legitimidade para esse debate (Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, por exemplo).

Salientamos que embora, raça e classe possam ser mais discutidas no ambiente escolar do que diversidade sexual e gênero, a desconstrução do modelo binário masculino/feminino e estereótipos de gênero advindos da cultura que determina “papeis sociais” estanques destinados as mulheres são reproduzidos pela escola e deveriam estar presentes nas discussões de classe e raça. As discriminações e preconceitos se somam e a compreensão dos processos de exclusão exige que as várias formas de manifestações sejam abordadas e analisadas: preconceitos de classe, gênero, raça, regionalidade e faixa etária nunca ocorrem de forma isolada.

O último preconceito que será abordado é o relacionado ao gênero, sendo esse evidenciado em 23 questionários, configurando-se no terceiro preconceito mais citado entre os respondentes.

Embora o termo sexismo tenha sido utilizado em apenas duas respostas, sete relatos apresentam que a mulher é invisibilizada ou discriminada por seu sexo no ambiente escolar. Uma respondente evidencia a hierarquia masculina em relação a cargos de chefia:

*A maioria dos cargos de liderança são exercidos por homens brancos.
(Técnica Administrativa)*

Vale destacar que a resposta identificou que homens tem maior facilidade para ascensão na carreira e para ocupar cargos de liderança, além de apontar a questão racial como um fator que contribui para ampliar essa vantagem masculina. Essa afirmação também evidencia a continuidade da segregação vertical de gênero e o teto de cristal ainda como realidade para as mulheres. As/os professoras/es evidenciaram também a discriminação em relação a figura feminina em sala de aula, onde os homens pela condição de ser homem, exercem um papel de autoridade maior do que as professoras.

Os alunos respeitam mais professores homens do que mulheres (Professora)

Destaca-se que, além da situação descrita, em que se observa maior respeito dos/as alunos/as pelos professores homens do que pelas mulheres professoras. Essa declaração também pode revelar um certo estereótipo de fragilidade da figura feminina docente, conforme evidenciou Tortato (2014) em sua tese de doutorado que também analisava os cursos de Gênero e Diversidade ofertados pela UTFPR: “Numa das aulas que ministrei como docente no curso de 2014 uma professora disse que já era o terceiro curso de gênero que ela fazia e logo após relatou que quando tem situações de indisciplina em suas aulas ela chama o diretor porque homem eles respeitam”.

Frisamos ainda o relato de uma respondente que revela a existência de docentes que se negam a fazer discussões nessa área:

Quando trabalhei sobre gênero e diversidade sexual houve três professores (Ed. Física, Biologia e Física) que se recusaram a permanecer na sala para discussões de gênero e diversidade em 2010. (Professora)

Verifica-se que entre os/as docentes ainda “é comum perceber a surpresa diante do assunto, no entanto, talvez a surpresa seja resistência” (TORTATO, 2014, 194) e a fuga materializa o modo pelo qual esses professores se abstém das discussões.

Outra forma presenciada foi o preconceito que se traduz em designar o espaço no qual a mulher pode ter alguma autoridade, destinando as discussão relativas ao que se refere a conversa de homens e de mulheres e qual espaço – público para homens, privado para as mulheres:

Sim. Gênero. Quando uma menina se expôs de forma argumentativa, um menino a mandou lavar a louça, pois aquele debate não a dizia respeito. (Professora)

Esse relato nos remete a uma discussão feita por Daniella Auad (2006) em seu livro “Como educar meninos e meninas: relações de gênero na escola”, na qual a autora trabalha com um conceito que segundo ela pode ser usado tanto para analisar a escola como também o mercado de trabalho e a política: *mixité*, termo em francês que significa a coexistência de indivíduos, membros de grupos sociais diferentes, no seio de um mesmo espaço social ou institucional.

A autora trabalha esse conceito na perspectiva de evidenciar que embora as pessoas convivam dentro desses espaços elas não estão se misturando, existe uma pseudomistura. “Na escola, no mercado de trabalho e na política, pessoas do sexo masculino e do sexo feminino, embora estejam em presença um do outro, vivem espaços psicológicos diferentes e, portanto, não se misturam” (AUAD, 2006, p. 71).

Auad (2006) utiliza-se desse conceito para argumentar a respeito da escola mista, em que a presença de meninos e meninas no mesmo ambiente não significa que ambos estão recebendo as mesmas condições educacionais, posicionando-se a favor da co-educação, que tem um sentido mais amplo, em que práticas igualitárias são priorizadas deixando de lado a dualidade entre masculino e feminino.

Partindo dessa perspectiva, percebe-se que os relatos descritos pelas professoras corroboram com o conceito de *mixité*, pois retratam situações de preconceito que determinam realidades distintas entre gêneros em âmbitos diversos e não só dentro da escola.

Desta forma argumenta-se que é necessário cada vez mais ampliar as discussões a partir de um referencial que desconstrua a visão biológica que naturaliza o que é homem e mulher, e que passe a enfatizar uma construção social que respeite o ser humano na sua diversidade e consolide a igualdade e a justiça social que necessariamente deve incluir a igualdade de gênero e racial e o respeito à diversidade sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos o reconhecimento de casos de preconceito e discriminação no ambiente escolar, buscamos evidenciar que tais situações estão presentes e são percebidas pelos docentes que participaram do GDE/UTFPR.

Enfatizamos nessa discussão que o desrespeito à diversidade sexual, ao racismo e à orientação sexual presentes no ambiente escolar é muitas vezes reconhecido pelo/a profissional da educação. Essa constatação nos revela que o/a professor/a que procura o GDE, em grande parte, está sensibilizado por essas questões e de alguma forma deseja mudar a realidade educacional na qual está inserida/o e para isso, busca formação e capacitação.

Sendo assim, podemos inferir que o curso GDE, ofertado pela UTFPR, tem contribuído positivamente para o ambiente escolar, pois possibilita que os profissionais da educação possam refletir sobre sua realidade. Vale destacar que esse curso ultrapassa a formação docente, pois atinge também outros setores da sociedade, como representantes de movimentos sociais, estudantes de graduação, profissionais da saúde e assistência social, demonstrando que há demanda para que este debate seja realizado em outros espaços sociais.

Entre os/as profissionais da educação observamos que o GDE contribui para o reconhecimento da diversidade no ambiente escolar, bem como para a redução da discriminação e do preconceito. Nesse sentido apontamos a importância do curso para a extensão universitária, transformando as discussões feitas no ambiente acadêmico da UTFPR em benefícios reais para a sociedade.

Tortato (2014) em sua análise sobre o GDE/UTFPR evidenciou que

um curso de formação - GDE pode fazer com que professoras alarguem suas compreensões, pensem criticamente sobre suas práticas e insiram outras formas de abordagem em seu dia-a-dia com intenção de minimizar desigualdades e construir uma escola inclusiva. Contudo, como um processo humano, a conscientização não se dá sem retrocessos, rupturas, resistências, daí a necessidade de formação permanente e apoio

institucional para garantir a manutenção de práticas inclusivas e democráticas. (TORTATO, 2014, p.6)

Sendo assim, o fortalecimento de ações voltadas para diminuir as desigualdades educacionais são atitudes que devem ser ampliadas, pois políticas de igualdade implementadas no interior da instituição escolar sempre ressoarão fora dos muros da escola e contribuirão para a consolidação da igualdade social.

PREJUDICE AND DISCRIMINATION: GDE STUDENTS' EXPERIENCE

ABSTRACT

The objective of this article is to present the results of a research done with participants of the 2013/2014 edition of the "Gender and Diversity in School" (GDE) teacher training course, offered by the Federal University of Technology - Paraná (UTFPR) through of the Nucleus of Gender and Technology (GeTec), of Postgraduate Program in Technology and Society (PPGTE). The participants were asked if they observed situations of disrespect or discrimination in their schools or work settings regarding gender, race or sexuality; the answers are objects of analysis of this article. As a result, it is revealed, from the experience of the participants, the importance of the GDE as an instrument in training for teachers, which recognize diverse situations of prejudice and discrimination in relation to gender, sexuality, sexual diversity and race relations, which permeate the school environment and feel a need to address these issues.

KEYWORDS: Gender and Diversity in School. Training of education professionals. Extension Course at UTFPR.

NOTAS

- ¹ A Lei No 11.645 de 10 de março de 2008, alterou a Lei No.10.639 de 09 de janeiro de 2003 (lei que tornou obrigatório a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira) para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da rede de ensino.
- ² O British Council é uma organização do Reino Unido que mantém relações culturais e de cooperação entre o Reino Unido e o Brasil nas áreas de língua inglesa, artes, esportes e educação.
- ³ A aplicação do projeto e apresentação de consequentes resultados foram opcionais, dado o pouco tempo entre a entrega do projeto e a certificação.
- ⁴ As turmas 1, 2 e 3 foram ofertadas entre os dias 20 e 28 de janeiro de 2014; as turmas 4 e 5 ocorreram às sextas-feiras entre os dias 14 de fevereiro a 11 de abril de 2014 nos períodos matutino e vespertino; as turmas 6 e 7 na mesma data, porém nos períodos vespertino e noturno e as turmas 8, 9 e 10 ocorreram aos sábados, entre os dias 15 de fevereiro a 12 de abril de 2014, no período matutino e vespertino.
- ⁵ Pautaremos em ações aqui do Paraná já que nosso público atingido são professores da rede pública estadual em sua maioria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kaciane D.; LUZ, Nanci S.. **Educação Sexual**: uma discussão para a escola? Curitiba, editora appris, 2014.

AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília; Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-racial. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRASIL. **Lei 11645 de 10 de março**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

COQUEIRO Edna Aparecida; SILVA, Eleuza Teles da; LOPES, Tania Aparecida; SANTOS, Kenneth Dias dos; ROCHA FILHO, Luiz Camões Pedroso. **EQUIPE**

MULTIDISCIPLINAR: uma experiência da educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena na rede estadual da educação básica do Paraná. In: XI Congresso Nacional de Educação – Educere. 2013.

CASAGRANDE, Lindamir Salete (et al.) O olhar não é mais o mesmo: uma análise sobre os resultados de um curso sobre gênero e sexualidade na escola. In: **Construindo a igualdade na Diversidade:** gênero e sexualidade na escola. LUZ, Nanci S.; CARVALHO, Marília G.; CASAGRANDE, Lindamir S. (orgs). Curitiba: UTFPR, 2009.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da educação sexual na escola. In: **Sexualidade/** Cadernos temáticos. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de gênero e Diversidade sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como espaço de direitos. In: LIONÇO, Débora; DINIZ, Tatiana. (Org.). **Homofobia & Educação:** um desafio ao silêncio. Brasília: Editora da UnB, 2009, v. , p. 161-193.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** novas exigências educacionais e profissão docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Questões de nossa época, v. 67)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 16ª edição.

RUELA, Beatriz Tomaz; FARIAS, Sofia; ASSIRATTTI, Dolores S. (et al.). O Curso de formação em Campinas. In: **Tecendo gênero e diversidade sexual nos currículos da educação infantil.** RIBEIRO, Cláudia Maria (Org.). Lavras: UFLA, 2012.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin; ARAUJO, Débora Cristina. SEXUALIDADE E GÊNEROS QUESTÕES INTRODUTÓRIAS. In: **Sexualidade/** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de gênero e Diversidade sexual. – Curitiba : SEED – Pr., 2009.

TORTATO, Cíntia de Souza Batista. **Articulações entre gênero, empoderamento e docência:** estudo de caso sobre um curso de formação de professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Curitiba, 2014.

Recebido: 09 de julho de 2016.

Aprovado: 30 de agosto de 2016.

Como citar:

ALMEIDA, Kaciane Daniella; BUENO, Lucas; LUZ, Nanci Stancki da. Preconceito e discriminação: a vivência de cursistas do GDE. **Cad. Gên. Technol.**, Curitiba, v. 9, n. 34, p. 3-22, jul./dez. 2016.

Correspondência:

Lucas Bueno de Freitas

Rua Edinei de Lima Godoi, 638, casa "A". Pinhais/PR. CEP.: 83320590

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional.

